

## Qualiagro

# Exigências do mercado

Sílvia Helena Galvão de Miranda \*  
Vitor Augusto Ozaki \*\*

O agronegócio brasileiro avança no comércio internacional e amplia suas exportações para alguns mercados já consolidados e novos. Desde o início deste século, o Brasil tem se mantido entre os maiores exportadores agropecuários, embora não detenha mais do que 3% do total mundial em alguns produtos (o suco de laranja, o complexo da soja e o açúcar).

A maior inserção no contexto de globalização comercial e financeira traz consigo novos desafios, quando comparados aos enfrentados pelos setores exportadores, no passado. A manutenção de uma posição favorável depende da capacidade do País e das empresas de se ajustarem às exigências dos compradores: o atendimento de padrões cada vez mais rígidos de qualidade e segurança dos produtos, destacadamente, sobre os alimentos.

Há várias abordagens para se discutir tais exigências. Existem medidas de natureza sanitária, técnica (voluntárias ou compulsórias), ambiental, entre outras. Elas aparecem associadas principalmente à rastreabilidade, às boas práticas de produção e de fabricação, com uma proliferação de processos de certificação.

Outra forma de avaliar esses requisitos está relacionada à sua legitimidade ou não no comércio internacional, com distinção daquelas passíveis de questionamento nos fóruns de negociação comercial, como o da Organização Mundial de Comércio (OMC).

Os requisitos advêm de padrões impostos por grandes empresas ou organizações privadas; bem como decorrem de legislações dos países compradores. As razões são fundamentadas em referências

internacionais, com base científica consolidada. Outros surgem como futuras referências internacionais, quando tratam de assuntos ainda não regulamentados internacionalmente, por exemplo, pelo Codex Alimentarius (FAO). Nem sempre os países proponentes das novas regras detêm a produção e o conhecimento dos produtos, apesar de serem freqüentemente grandes consumidores desses bens.

As medidas de natureza sanitária, aplicadas pelos países membros da OMC por meio de suas legislações nacionais, são tratadas no Acordo para Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS). Cada nova regulamentação, fechamento de fronteira, reabertura de comércio, entre outras, deve ser comunicado ao Comitê Sanitário do SPS/OMC. Essas medidas visam garantir a segurança dos alimentos, a proteção da saúde humana, dos rebanhos e das plantas, e do território, para evitar a entrada de doenças e pragas.

Quando os países tomam como referência recomendações internacionais do Codex Alimentarius, do Escritório Internacional de Epizootias (OIE) e da Convenção Internacional para Proteção de Plantas (IPPC) ou adotam base científica para tratar de temas ainda não referenciados internacionalmente, essas medidas não poderiam ser consideradas como barreiras comerciais, sujeitas a questionamentos sobre sua legitimidade e seu uso como restrição comercial.

## Carne bovina

Diversas disputas comerciais se originam de temas sanitários. No caso da carne bovina, o Brasil ainda não conseguiu a li-

beralização de suas exportações de carne bovina *in natura* para os EUA e o Japão, mesmo respaldado pelo princípio da regionalização (*status* como livre de febre aftosa com vacinação, em alguns Estados). Quanto à manga, foram necessários vários anos para que Japão e Brasil chegassem a um consenso sobre a técnica adequada para desinfecção da fruta exportável.

Apesar da dificuldade de mensurar as questões sanitárias, estudo da FAO indica que, em 2000 e 2001, os mercados fecharam suas fronteiras para cerca de 25% do comércio mundial de carne bovina, e de 40% para a suína. O motivo são os eventos sanitários, em particular, o mal da vaca louca e a febre aftosa. São medidas ligadas ao fechamento da fronteira, em que o impacto é direto e quantificável; a períodos maiores de quarentena; de certificações sanitárias mais complexas; maior número e tamanho de amostras; inspeções; entre outras.

Os países em desenvolvimento estão muito susceptíveis às restrições sanitárias, embora os países ricos sintam também os efeitos de graves crises sanitárias, como a do mal da vaca louca na Europa, e, mais recentemente, nos EUA, Canadá e Japão.

Entre as medidas técnicas, as exigências de rotulagem e de embalagem são discutidas pela comunidade em geral. Já os procedimentos para a avaliação de conformidade envolvem uma série de exigências em si, possuem maior complexidade, até mesmo para a sua própria implementação pelos países.

As estatísticas sobre as justificativas de retenção de pescados, frutas e hortaliças exportados por países desenvolvidos e em desenvolvimento para os EUA evidenciam que países desenvolvidos se defrontam com um percentual significativo de problemas relacionados à “informação inadequada” e “rotulagem deficiente”, ambos requeridos no escopo do Acordo de Barreiras Técnicas (TBT) da OMC.

Entre os países em desenvolvimento, há uma participação significativa dos itens “contaminação microbiológica” e “contaminação por insetos e roedores” (problemas de higiene). É evidente o direcionamento de prioridades em termos de atuação dos setores privado e público,

quando utilizam esses dados para avaliar os caminhos da qualificação das cadeias do agronegócio para o comércio externo.

Sob o Acordo TBT, no seu Comitê Técnico, os países-membros da OMC estabelecem recomendações sobre padrões de qualidade, de conformação de produtos, de conteúdo, procedimentos de avaliação de conformidade, entre outros, para evitar que as medidas técnicas impeçam o comércio. Contudo, é muito importante diferenciar o papel do Comitê e do Acordo sobre o delineamento de regulamentações técnicas adotadas pelos governos, em relação às normas voluntárias estabelecidas por milhares de organizações ao redor do mundo, por exemplo, a International Organization for Standardization (ISO).

Apesar de o Brasil ser o maior produtor e exportador de álcool para fins combustíveis, o País ainda não definiu um padrão de qualidade nacional para seu produto. Assim, as exportações são realizadas ao sabor das exigências de cada cliente.

Atualmente, 29 das 100 maiores economias mundiais consistem de empresas multinacionais, segundo a Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas. Em 2000, as 100 maiores companhias do mundo representavam 4,3% do PIB global. Portanto, é fácil observar a relação entre a tendência na definição dos padrões técnicos e os requisitos adotados pelos grandes *players*.

Entre vendedor e comprador, existe o entendimento de que se os produtos atendem às regulamentações nacionais de sanidade, segurança e inocuidade, os governos não podem intervir nas qualificações extras, estabelecidas por meio de selos e certificações voluntárias.

#### Retenção de importações pelo USFDA (United States Food and Drug Administration): distribuição percentual dos embarques de produtos de pescado, frutas e hortaliças detidos entre maio/2001 e abril/2002

Produto/causa da retenção	Todos os países	Países desenvolvidos	Países em desenvolvimento
Aditivos não recomendados	1,8	0,6	2,0
Materiais venenosos e deletérios <sup>1</sup>	12,2	8,5	12,8
Contaminação <sup>2</sup>	17,3	1,4	20,1
Falta de higiene <sup>3</sup>	25,0	13,6	27,0
Acidificação	11,2	22,2	9,3
Sub-processamento	1,8	0,5	2,0
Informação inadequada	12,2	35,5	8,1
Rotulagem deficiente	11,7	13,3	11,4

Fonte: extraído de Athukorala & Jayasuriya (2003). Compilado usando dados do USFDA, website do OASIS ([www.dda.gov/oasis](http://www.dda.gov/oasis)).

1 Resíduos de pesticidas; 2 contaminação microbiológica; 3 contaminação por insetos e excrementos de ratos.



#### Demandas

O setor doméstico precisa estar muito bem-informado e preparado para cumprir as demandas de seus compradores externos, para atender às solicitações de explicações e informações adicionais, quando for o caso; para ajustar os seus processos produtivos e de distribuição. Hoje, além de exigências sobre produtos, surgem exigências sobre os processos. É o caso de alguns requisitos ambientais impostos pelos países compradores.

Reunir as exigências, transformá-las em normas e regulamentos, estabelecer processos de certificação, incorporá-los na prática nacional, comprová-los e comunicá-los ao comprador não é uma tarefa fácil. Na verdade, exige esforços de coordenação dos agentes ligados ao *front* externo.

O grande varejo e indústrias exportadoras incorporam ao longo das cadeias agroindustriais algumas exigências. O governo tem papel relevante neste desafio, no incentivo e como facilitador da comunicação dos empresários com seus potenciais mercados, por intermédio da regulamentação de temas essenciais, por exemplo: rastreabilidade e PIF.

A universidade pode ajudar na geração de novas tecnologias e do conhecimento necessário para incorporar as complexas exigências aos sistemas produtivos, com repasse de informações aos diversos segmentos da sociedade e no provimento de avaliações fundamentadas cientificamente, que podem servir como suporte às negociações e às políticas públicas de modo geral.

A qualificação das cadeias agroindustriais é essencial e urgente, não apenas para aquelas competitivas no mercado externo, mas também para as demais, que, mesmo sem interface com o Exterior, poderão ter dificuldade no futuro, quando da venda de produtos, compra de insumos e concorrência dos importados. ■

\*Professora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia / ESALQ / USP e pesquisadora no CEPEA.

\*\* Professor Colaborador e Pós-doutorando PRODOC – CAPES no Departamento de Economia, Administração e Sociologia / ESALQ / USP.